

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Curso Geral de Ciências Sociais e Humanas

PROGRAMA DE GEOGRAFIA A

11º ano

Autores:

Odete Sousa Martins (Coordenação)

Maria Luísa Alves

Maria Manuela Brazão

Setembro 2001

2003/957

CURSO GERAL CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS		PROGRAMA DE GEOGRAFIA (A)
Portugal: Potencializar os recursos, promover o desenvolvimento		11º ANO

TEMAS/CONTEÚDOS	NÚMERO DE AULAS PREVISTAS *
3. Os espaços organizados pela população	
3.1. As áreas rurais em mudança	24
3.1.1. As fragilidades dos sistemas agrários	
3.1.2. A agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum	
3.1.3. As novas oportunidades para as áreas rurais	
3.2. As áreas urbanas: dinâmicas internas	28
3.2.1. A organização das áreas urbanas	
3.2.2. A expansão urbana	
3.2.3. Problemas urbanos	
3.3. A rede urbana e as novas relações cidade-campo	10
3.3.1. As características da rede urbana	
3.3.2. A reorganização da rede urbana	
3.3.3. As parcerias entre cidades e mundo rural	
4. A população, como se movimenta e comunica	13
4.1. A diversidade dos modos de transporte e a desigualdade espacial das redes	
4.1.1. A competitividade dos diferentes modos de transporte	
4.1.2. A distribuição espacial das redes de transporte	
4.1.3. A inserção nas redes transeuropeias	
4.2. A revolução das telecomunicações e o seu impacto nas relações interterritoriais	
4.2.1. A distribuição espacial das redes de comunicação	
4.2.2. O papel das TIC no dinamismo dos diferentes espaços geográficos	
4.3. Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população	
4.3.1. A multiplicidade dos espaços de vivência	
4.3.2. Os problemas de segurança, de saúde e ambientais	

5. A integração de Portugal na União Europeia: novos desafios, novas oportunidades	12
5.1. Os desafios para Portugal do alargamento da União Europeia	
5.2. A valorização ambiental em Portugal e a Política Ambiental Comunitária	
5.3. As regiões portuguesas no contexto das políticas regionais da União Europeia	
# Estudo de Caso	12

TOTAL	99
--------------	-----------

* Aulas de 90 minutos

Nota: o número de aulas previsto integra as actividades de avaliação

3

Os Espaços Organizados Pela População

CONCEITOS NOÇÕES BÁSICAS

Agenda 2000
Desenvolvimento sustentável
Emparcelamento
Espaço rural
Estrutura agrária
Estrutura fundiária
FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional)
FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícolas)
FSE (Fundo Social Europeu)
Indústria agro-alimentar
LEADER (Ligações entre acções de desenvolvimento da economia rural)
OMC (Organização Mundial do Comércio)
PAC (Política Agrícola Comum)
Património:
 cultural
 paisagístico
PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa)
Pluriactividade
Produtividade agrícola
Região agrária
Rendimento agrícola
SAU (Superfície Agrícola utilizada)
Set-aside
Tipos de agricultura
Tipos de turismo

NÚCLEO CONCEPTUAL

O conhecimento da diversidade territorial e das relações que se estabelecem entre os diferentes territórios é fundamental para perceber o modo como as populações ocupam, usam e organizam os vários tipos de espaço, criando oportunidades e problemas que é necessário gerir de forma a garantir um desenvolvimento mais sustentado.

CONTEÚDOS

- 3.1 – As áreas rurais em mudança.
- 3.1.1 - As fragilidades dos sistemas agrários
 - . as deficiências estruturais
 - . as características da população agrícola
 - . a gestão e a utilização do solo arável
 - 3.1.2 - A agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum
 - . a potencialização do uso do solo agrícola
 - . as transformações do sector agrícola
 - 3.1.3 – As novas oportunidades para as áreas rurais
 - . a (re)descoberta da multifuncionalidade do espaço rural
 - . estratégias integradas de desenvolvimento rural

No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- . Caracterizar o sistema agrícola das diferentes regiões agrárias;
- . Relacionar a heterogeneidade espacial das estruturas agrárias com factores físicos e humanos;
- . Explicar os problemas estruturais da agricultura portuguesa;
- . Relacionar o desenvolvimento do sector agrícola com as estruturas etária e socio-profissional da população activa agrícola;
- . Salientar a importância da pluriactividade na fixação da população rural;
- . Caracterizar a ocupação da SAU;
- . Explicar os factores que condicionam o uso do espaço agrícola;
- . Problematicar a ocupação do solo considerando as suas aptidões;
- . Diferenciar os objectivos iniciais da PAC das respectivas reformas;
- . Explicar os reflexos da PAC e das respectivas reformas na agricultura portuguesa;
- . Reconhecer que a potencialização do sector agrícola pressupõe transformações no domínio da produção, da transformação e da comercialização dos produtos;
- . Discutir impactos ambientais dos sistemas de produção agro-pecuária;
- . Equacionar a valorização das áreas rurais tendo em conta o desenvolvimento sustentável dessas áreas;
- . Equacionar o impacto do turismo no desenvolvimento das áreas rurais;
- . Reflectir sobre as consequências da implantação de indústrias nas áreas rurais;
- . Reconhecer o papel dinamizador dos serviços nas áreas rurais;
- . Reconhecer a importância da iniciativa comunitária LEADER para o desenvolvimento rural.

O tratamento deste subtema – *As áreas rurais em mudança* – deve privilegiar uma abordagem que permita ao aluno compreender que, no quadro de uma economia aberta ao exterior, com trocas desiguais e sistemas comerciais agressivos, os espaços rurais perderam diversidade produtiva e funcional e fragilizaram-se, incapazes de absorver o progresso técnico e científico da agricultura produtiva. O contexto actual exige a revitalização das áreas rurais, através da descoberta das suas potencialidades endógenas e da diversificação das suas estruturas produtivas.

Tal como se sugeriu nos subtemas anteriores, é fundamental que, na leccionação deste subtema, os alunos manuseiem dados estatísticos e realizem actividades que permitam desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, a sistematização e a interpretação de dados e com o uso das técnicas de expressão gráfica e cartográfica. Nesse sentido, a inventariação das principais produções agro-pecuárias e sua evolução poderá constituir uma das actividades a desenvolver.

Com o conteúdo 3.1.1. pretende-se que se reflecta sobre os principais bloqueios ao desenvolvimento do sistema agrário, quer no domínio da produção, quer no da transformação e da comercialização. Assim, sugere-se que se analise, ao nível das regiões agrárias, a heterogeneidade espacial das estruturas agrárias, tendo em conta as diversas condicionantes em jogo (factores naturais, sistema de propriedade e formas de exploração, factores de produção, qualidade dos recursos humanos, condições de acesso aos mercados, aspectos institucionais e culturais) de forma a equacionar os problemas inerentes ao funcionamento do sector, bem como os que se relacionam com as condições de vida da população nas áreas rurais.

Neste contexto, pretende-se que se saliente a dependência externa do sector agro-alimentar, considerando as condições que têm contribuído para a estagnação da generalidade dos ramos que o compõem, e os problemas relacionados com as redes de comercialização dos produtos. Também a análise de situações de inadequação do uso do solo agrícola permitirá reflectir sobre as consequências daí decorrentes.

Com o conteúdo 3.1.2. torna-se relevante abordar o impacto na agricultura portuguesa resultante da integração de Portugal na União Europeia e reflectir sobre as formas de potencializar o sector agrário, dotando-o de uma estrutura de produção que lhe permita enfrentar os desafios da concorrência internacional e afirmar as vantagens competitivas dos produtos nacionais face à produção externa. Assim, sugere-se que se analisem os objectivos da PAC e sucessivas reformas, em função da sua emergência, ao longo do tempo, e se reflecta sobre os efeitos positivos e negativos da sua aplicação à agricultura portuguesa. Neste âmbito, considera-se relevante reflectir sobre as consequências para a agricultura portuguesa da incorporação na Agenda 2000, dos acordos agro-alimentares adoptados no *Uruguai Round* e na OMC.

O desenvolvimento deste conteúdo pressupõe, também, que se equacionem medidas que permitam reestruturar o sector, modernizando os meios de produção e de transformação dos produtos, bem como os circuitos de distribuição, nomeadamente através da aplicação racional dos financiamentos comunitários e dos programas de apoio postos à disposição da agricultura portuguesa. Considera-se, ainda, importante evidenciar o papel que a formação profissional e o associativismo dos agricultores podem desempenhar no aumento da produtividade agrícola.

3

Os Espaços Organizados Pela População

NÍVEL DE ABORDAGEM

O tratamento do conteúdo 3.1.3. deve privilegiar uma abordagem que permita reflectir sobre o alargamento da intervenção da PAC a questões ambientais e de desenvolvimento rural, equacionando medidas que possibilitem o desenvolvimento plurisectorial e integrado das áreas rurais e que valorizem a sua diversidade paisagística, numa perspectiva de sustentabilidade. Neste contexto, pretende-se que se equacionem os pontos fracos e as potencialidades de dois tipos de áreas rurais: as áreas rurais com algum dinamismo e áreas rurais marginalizadas. Assim, sugere-se que se equacionem medidas de desenvolvimento integrado que permitam, por um lado, neutralizar os impactos negativos dos métodos de produção intensivos (preservando a biodiversidade e reduzindo a poluição dos solos e das águas) e por outro, valorizar os recursos endógenos, nomeadamente através do aproveitamento do seu potencial em energias renováveis, do desenvolvimento de produtos agro-pecuários locais de qualidade, da diversificação da economia dessas áreas em actividades como a silvicultura, o turismo e outras actividades dos sectores secundário e terciário. A este propósito, considera-se importante referir estratégias desenvolvidas pela Comunidade que conduzem à reabilitação de áreas rurais, nomeadamente a iniciativa LEADER, reflectindo sobre a sua aplicação nas regiões de intervenção em Portugal.

3

Os Espaços Organizados Pela População

CONCEITOS

NOÇÕES BÁSICAS

Acessibilidade
Área funcional
Área metropolitana
Área periurbana
Área suburbana
CBD/ Baixa
Centro urbano/cidade
Descentralização
Desconcentração
Diferenciação funcional
Diferenciação social
Espaço intra-urbano
Espaço urbano
Especulação fundiária
Expansão urbana
Factor de localização industrial
Função rara/vulgar
Função urbana
Migração pendular
Ordenamento territorial
Padrão de localização
 . concentrado
 . difuso
PDM (Plano Director Municipal)
PER (Programa Especial de Realojamento)
Periurbanização
Planeamento territorial
POLIS (Programa de Requalificação Urbana e de Valorização Ambiental das Cidades)
Pólo de atracção
População urbana
PP (Plano de Pormenor)
PRAUD (Programa de Áreas Urbanas Degradadas)
PU (Plano de Urbanização) industrial
Reabilitação urbana
Renda locativa
Renovação urbana
Requalificação urbana
Rurbanização
Segregação funcional
Segregação social
Solo expectante
Suburbanização
Terciarização

NÚCLEO CONCEPTUAL

O conhecimento da diversidade territorial e das relações que se estabelecem entre os diferentes territórios é fundamental para perceber o modo como as populações ocupam, usam e organizam os vários tipos de espaço, criando oportunidades e problemas que é necessário gerir de forma a garantir um desenvolvimento mais sustentado.

CONTEÚDOS

- 3.2. As áreas urbanas: dinâmicas internas
- 3.2.1. A organização das áreas urbanas
 - . as áreas terciárias
 - . as áreas residenciais
 - . a implantação da indústria
 - 3.2.2. A expansão urbana
 - . os subúrbios e as áreas periurbanas
 - . as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto
 - 3.2.3. Problemas urbanos
 - . as questões urbanísticas e ambientais
 - . as condições de vida urbana

No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- . Diferenciar espaço rural de espaço urbano;
- . Reflectir sobre a dificuldade em definir cidade e centro urbano;
- . Relacionar a diferenciação do espaço urbano com os transportes urbanos;
- . Caracterizar as áreas funcionais do espaço urbano;
- . Relacionar a localização das diferentes funções urbanas com o valor do solo;
- . Explicar o papel das actividades terciárias na organização do espaço urbano;
- . Explicar a interdependência locativa das diferentes funções;
- . Explicar a diferenciação social das áreas residenciais;
- . Relacionar as principais funções das diferentes áreas urbanas com as características da população;
- . Relacionar o crescimento das áreas suburbanas e periurbanas com o dinamismo demográfico e funcional dos centros urbanos;
- . Problematizar os impactos territoriais resultantes da progressiva substituição do solo agrícola por usos urbanos e industriais;
- . Referir as heterogeneidades funcionais e sociais das áreas urbanas periféricas;
- . Explicar o processo de formação das áreas metropolitanas;
- . Identificar os principais efeitos polarizadores das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, a nível nacional e regional;
- . Explicar o papel da indústria no desenvolvimento das áreas onde se implanta;
- . Equacionar os principais problemas urbanos;
- . Discutir medidas de recuperação da qualidade de vida urbana propostas e/ou adoptadas pelos órgãos de decisão.

O tratamento do subtema – 3.2. – *As áreas urbanas: dinâmicas internas* - deve privilegiar o estudo da estrutura interna das áreas urbanas, possibilitando aos alunos compreender que, quer o aumento da dimensão espacial, quer o aumento da população urbana se devem, em grande parte, à modernização e especialização dos transportes, o que explica a importância crescente das áreas urbanas na organização do espaço e das actividades económicas.

Propõe-se que, antes de iniciar a leccionação deste subtema, se diferencie espaço rural de espaço urbano e se discutam os critérios nacionais de definição de centro urbano e cidade.

Tal como se sugeriu nos subtemas anteriores, é fundamental que, na leccionação deste subtema, os alunos manuseiem dados estatísticos e realizem actividades que permitam desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, a sistematização e a interpretação de dados e com o uso das técnicas de expressão gráfica e cartográfica. A observação e elaboração de diferentes representações cartográficas, nomeadamente de plantas funcionais, são actividades a desenvolver no estudo deste subtema.

Com o conteúdo – 3.2.1 pretende-se que se evidencie a evolução da organização interna da cidade, relacionando o grau de acessibilidade, o valor do mercado imobiliário e fundiário, as lógicas de localização das diferentes actividades e as dinâmicas da população com a localização espacial das diferentes áreas funcionais.

A análise da distribuição espacial das diferentes áreas funcionais implica a caracterização das funções urbanas dominantes em cada uma delas, sendo de salientar o papel dos transportes urbanos na desigual valorização do solo urbano. Assim, sugere-se que no caso das áreas terciárias se distinga o CBD das restantes, quer em termos de localização espacial, não esquecendo a importância do factor temporal, quer em termos de funções dominantes. É importante também salientar o papel segregador das actividades terciárias, sobretudo as de nível hierárquico superior, em relação às outras actividades, não esquecendo evidenciar a localização das novas formas de comércio e de serviços. Relativamente às áreas industriais, interessa evidenciar a localização periférica da maioria das indústrias e a permanência de alguns tipos de indústria no centro ou próximo dele. No que se refere às áreas residenciais, é importante salientar que a segregação funcional se sobrepõe a segregação social e que esta é fortemente influenciada pela possibilidade de uso do transporte privado ou do público, pela qualidade ambiental e pela valorização social das diferentes localizações.

Com o conteúdo - 3.2.2. pretende-se explicar os processos de expansão dos centros urbanos e de formação das áreas metropolitanas, salientando que a evolução dos processos de periurbanização provoca a alteração dos espaços urbanos de uma estrutura monocêntrica, do ponto de vista funcional e radiocêntrica em termos de rede viária, para estruturas mais policêntricas e reticulares em que os diferentes centros urbanos, ao funcionarem complementarmente do ponto de vista funcional e mais interligados, em termos de transporte, tornam a área metropolitana, no seu conjunto, mais dinâmica e competitiva. Assim, sugere-se que se relacione o dinamismo demográfico e funcional das áreas centrais da cidade com o crescimento espacial das áreas periféricas, realçando as heterogeneidades funcionais e sociais existentes nestas, particularmente entre as áreas suburbanas e as áreas periurbanas.

Neste contexto, considera-se, também, importante reflectir sobre os impactos territoriais resultantes da substituição progressiva do uso do solo agrícola por usos industriais e urbanos, bem como sobre os impactos sociais resultantes da penetração progressiva em áreas rurais do modo de vida urbano.

O estudo deste conteúdo pressupõe também a análise da formação das grandes aglomerações urbanas, concretamente das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, traçando o seu quadro económico, a sua importância à escala regional e nacional, reflectindo sobre as diferenças entre elas e equacionando os respectivos pontos fortes e fracos.

Neste conteúdo, o papel da indústria no dinamismo das áreas geográficas onde se localiza é outro dos aspectos a salientar. Assim, sugere-se a identificação das áreas geográficas de maior implantação industrial a nível nacional, e a sistematização das diferenças entre as tipologias industriais, nomeadamente em espaço rural, nos eixos suburbanos, nas áreas metropolitanas, no centro da cidade ou em áreas portuárias.

É importante reflectir sobre as consequências da forte desigualdade na localização industrial no território português e discutir estratégias que permitam o aumento da liberdade locativa facilitando a descentralização.

Com o conteúdo - 3.2.3. pretende-se evidenciar a importância do planeamento na prevenção e resolução dos problemas urbanísticos e ambientais resultantes da concentração da população em grandes aglomerações urbanas.

Sugere-se que se saliente que o excessivo crescimento das aglomerações urbanas não permite ajustar as infra-estruturas urbanas às necessidades da população, nomeadamente no sector da habitação – degradação dos bairros antigos, proliferação de habitação clandestina, sobrelotação dos edifícios -, na saturação das infra-estruturas físicas – redes de transporte, redes de esgotos, sistemas de recolha de lixo, redes de distribuição de água e de energia – e na dificuldade de acesso a infra-estruturas sociais – escolas, serviços de saúde, tribunais, finanças.

Sugere-se também que se reflecta sobre os efeitos ambientais nefastos das elevadas concentrações populacionais, tais como o aumento dos níveis de poluição, quer atmosférica, quer sonora, a necessidade crescente de equipamentos de armazenamento e tratamento dos resíduos urbanos – incineradoras, aterros sanitários, ETAR (os quais apesar de terem uma forte contribuição na redução da poluição ainda são eles próprios poluidores). É ainda de reflectir sobre outros efeitos ambientais negativos, tais como os riscos associados ao elevado grau de impermeabilização dos solos urbanos, o uso para construção urbanística de solos com elevada aptidão agrícola e o uso de materiais na construção civil geradores de aumento de temperatura em áreas urbanas, salientando as consequências na saúde decorrentes de alguns desses efeitos ambientais.

É ainda importante reflectir sobre o problema do desemprego e as consequências que provoca, nomeadamente no aumento do número de pessoas em situação de pobreza e de exclusão social. Poderão ser referidos outros problemas, de ordem mais individual, como o aumento da fadiga e o desenvolvimento de doenças do sistema nervoso associadas normalmente à existência de *stress*.

A fim de evidenciar a importância do planeamento na prevenção e na resolução destes problemas, propõe-se a discussão, baseada nos instrumentos de planeamento adequados a esta escala de análise, nomeadamente os PDM, os PP e os PU, ou de programas específicos, tais como o POLIS – Programa de Requalificação Urbana e de Valorização Ambiental das Cidades, o PRAUD – Programa de Recuperação das Áreas Urbanas Degradadas - ou do PER – Programa Especial de Realojamento - de soluções passíveis de resolver os problemas urbanísticos identificados. Sugere-se que se discutam, entre outras, medidas que visem a revitalização e a requalificação dos centros ou de outras áreas das cidades, nomeadamente através de intervenções de reabilitação ou de renovação urbanísticas.

Deste modo é importante discutir medidas que permitam humanizar os espaços de vivência, como por exemplo: aumentar os espaços verdes e promover a manutenção dos já existentes; diminuir o tráfego melhorando a eficácia do transporte público e dificultando o acesso ao transporte privado ou construindo novos lugares de estacionamento, sobretudo subterrâneo; aumentar e diversificar os serviços sociais de apoio aos jovens e aos idosos; construir complexos desportivos, áreas de lazer, bibliotecas municipais e outros espaços que promovam o bem-estar e o convívio.

3

Os Espaços Organizados Pela População

CONCEITOS

NOÇÕES BÁSICAS

Aglomeração urbana
Área de influência
Centralidade
Coesão territorial
Complementaridade
Cooperação interurbana
Deseconomia de aglomeração
Economia de aglomeração
Lugar central
Macrocefalia/bicefalia
Parcerias urbano/rural
PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais)
Rede urbana
Monocêntrica
Policêntrica

NÚCLEO CONCEPTUAL

O conhecimento da diversidade territorial e das relações que se estabelecem entre os diferentes territórios é fundamental para perceber o modo como as populações ocupam, usam e organizam os vários tipos de espaço, criando oportunidades e problemas que é necessário gerir de forma a garantir um desenvolvimento mais sustentado.

CONTEÚDOS

3.3. – A rede urbana e as novas relações cidade-campo

3.3.1 - As características da rede urbana

- . as aglomerações urbanas no território
- . a hierarquia dos lugares na rede
- . vantagens e limitações da dispersão ou da concentração do povoamento

3.3.2 - A reorganização da rede urbana

- . o papel das cidades médias
- . o atenuar do crescimento das grandes aglomerações
- . a inserção na rede urbana europeia

3.3.3 – As parcerias entre cidades e o mundo rural

- . as complementaridades funcionais
- . as estratégias de cooperação institucional

No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- . Analisar a distribuição espacial dos centros urbanos, em Portugal;
- . Caracterizar a rede urbana portuguesa;
- . Comparar a rede urbana portuguesa com redes urbanas de países europeus;
- . Discutir medidas conducentes ao equilíbrio da rede urbana;
- . Equacionar o papel das cidades médias na reorganização da rede urbana;
- . Problematicar o papel dos transportes e da criação de infra-estruturas e equipamentos no desenvolvimento das cidades médias;
- . Reflectir sobre as vantagens e as limitações da concentração e da dispersão do povoamento;
- . Discutir formas de complementaridade e de cooperação entre as cidades;
- . Discutir a posição hierárquica das cidades portuguesas nas redes urbanas ibérica e europeia;
- . Equacionar medidas que visem aumentar a visibilidade internacional das cidades portuguesas;
- . Identificar parcerias entre cidades e o mundo rural;
- . Equacionar as consequências das parcerias entre cidades e o mundo rural.

O tratamento deste subtema- *A rede urbana e as novas relações cidade-campo*- deve privilegiar uma abordagem que permita aos alunos compreender que as aglomerações urbanas centralizam os fluxos de pessoas, bens, capitais e informação e estruturam as redes de transporte e comunicações e que um desenvolvimento territorial equilibrado deverá passar pelo desenvolvimento de uma rede urbana policêntrica e equilibrada, pelo reforço das parcerias entre o mundo rural e o mundo urbano e pela promoção de sistemas de transportes e de comunicações integrados.

Tal como se sugeriu nos subtemas anteriores, é fundamental que, na leccionação deste subtema, os alunos manuseiem dados estatísticos e realizem actividades que permitam desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, a sistematização e a interpretação de dados e com o uso das técnicas de expressão gráfica e cartográfica.

Com o conteúdo 3.3.1. pretende-se que se caracterize a rede urbana portuguesa, equacionando os problemas decorrentes dos desequilíbrios observados. Assim, sugere-se que se analise a distribuição e a localização das aglomerações populacionais tendo em conta, por um lado, a forma como essas aglomerações estão implantadas no território e, por outro, como é que se relacionam hierarquicamente, consoante a diversidade e a importância das funções que desempenham. A comparação da rede urbana portuguesa com redes urbanas de outros países europeus permitirá discutir medidas de intervenção passíveis de atenuar os problemas existentes. A análise da rede urbana pressupõe, ainda, que se discutam as vantagens e as limitações da dispersão ou da concentração excessiva do povoamento, reflectindo sobre as consequências na qualidade de vida das populações decorrentes de os níveis de rendibilidade das actividades económicas e das infra-estruturas e equipamentos não serem atingidos ou serem ultrapassados.

Com o conteúdo 3.3.2. pretende-se que se problematize a reorganização da rede urbana, não só da perspectiva de um desenvolvimento equilibrado do território nacional, mas também, na perspectiva de que as cidades, qualquer que seja a sua dimensão, têm de se adaptar às novas localizações relativas e às novas posições que ocupam na hierarquia urbana da Europa. Assim, sugere-se que se equacione o papel que os centros de média dimensão terão de desempenhar no atenuar dos desequilíbrios da rede urbana, relacionando a capacidade dinamizadora desses centros com a rede de transportes existentes ou a construir e com a articulação de vontades dos poderes local e central na criação de infra-estruturas e de equipamentos que favoreçam o aproveitamento dos recursos locais e incentivem a localização de empresas. É importante salientar, no entanto, que o papel dos centros de média dimensão só é possível porque existe complementaridade entre centros de dimensões diferentes, permitindo uma maior capilaridade dos efeitos desencadeados a partir de aglomerações de nível hierárquico superior.

No desenvolvimento deste conteúdo, considera-se, ainda, pertinente reflectir sobre formas de combater diversos tipos de desequilíbrios territoriais, nomeadamente a polarização em torno de Lisboa e Porto, ou a tendência para a urbanização em faixa, discutindo processos de cooperação e de complementaridade entre as cidades. Neste contexto, sugere-se a análise dos objectivos e propostas de concretização enunciadas no PROSIURB. Considera-se também relevante analisar a posição das cidades portuguesas nas redes ibérica e europeia e discutir medidas capazes de lhes dar maior visibilidade internacional, sem acentuar as disparidades da rede urbana nacional.

3

Os Espaços Organizados Pela População

NÍVEL DE ABORDAGEM

Com o conteúdo 3.3.3. pretende-se que se reflecta sobre a necessidade de as estratégias de desenvolvimento territorial das áreas rurais, quer das afectadas pelo declínio da agricultura quer das sujeitas a novas formas de pressão devido à urbanização, serem baseadas numa reavaliação da parceria entre as cidades e as áreas rurais, equacionando formas concretas de estabelecimento dessas parcerias. Assim, importa destacar duas dimensões do estabelecimento dessas parcerias: por um lado, a dimensão da integração funcional que inclui aspectos como a integração de redes de transporte e de comunicação e a complementaridade das especializações económicas e, por outro lado, a dimensão da cooperação institucional, incluindo aspectos como a integração de instrumentos de ordenamento do território e a organização em rede de serviços e equipamentos localizados em diferentes centros urbanos.

4

A População, Como Se Movimenta e Comunica

CONCEITOS

NOÇÕES BÁSICAS

Barreira
Ciberespaço
Distância-custo
Distância relativa
Distância-tempo
Fluxo de informação
Interface/ Plataforma multimodal
Isócrona
Isótima
Logística
Meio de Transporte
Modo de transporte
PGT (Política Geral de Transportes)
PRODAC (Programa Operacional de Desenvolvimento das Acessibilidades)
RTE (Rede Trans-europeia de Energia)
RTT (Rede Trans-europeia de Transportes)
STAR (Acção Especial no Campo das Telecomunicações para o Desenvolvimento Regional)
Telecomércio
Teletrabalho
TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação)
Transshipment
Transporte multimodal

NÚCLEO CONCEPTUAL

Os transportes e comunicações são elementos estruturantes do desenvolvimento do território nacional que se pretende cada vez mais articulado com espaços supranacionais, particularmente os espaços ibérico e europeu.

CONTEÚDOS

- 4.1. A diversidade dos modos de transporte e a desigualdade espacial das redes
 - 4.1.1. A competitividade dos diferentes modos de transporte
 - 4.1.2. A distribuição espacial das redes de transporte
 - 4.1.3. A inserção nas redes transeuropeias
- 4.2. A revolução das telecomunicações e o seu impacto nas relações interterritoriais
 - 4.2.1. A distribuição espacial das redes de comunicação
 - 4.2.2. O papel das TIC no dinamismo dos diferentes espaços geográficos
- 4.3. Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população
 - 4.3.1. A multiplicidade dos espaços de vivência
 - 4.3.2. Os problemas de segurança, de saúde e ambientais

No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- . Relacionar o encurtamento das distâncias com o desenvolvimento dos transportes;
- . Relacionar a dinamização das actividades económicas com o desenvolvimento dos transportes;
- . Comparar as vantagens e as desvantagens dos diferentes modos de transporte em Portugal;
- . Conhecer a distribuição espacial das redes de transporte no território português;
- . Discutir a inserção das redes de transporte nacionais nas redes europeias;
- . Equacionar as questões da segurança, do ambiente e da saúde resultantes do uso dos diferentes modos de transporte;
- . Referir as vantagens do uso do transporte multimodal;
- . Conhecer a distribuição espacial das redes de comunicação no território português;
- . Relacionar o aumento dos fluxos de comunicação com o progresso e a rapidez de difusão das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação;
- . Equacionar os impactos territoriais resultantes do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação;
- . Relacionar o aumento de relações espaciais e pessoais com a modernização dos transportes e das comunicações;
- . Compreender a importância das redes portuguesas nos fluxos mundiais e no ciberespaço;
- . Discutir as implicações do uso dos transportes e das Tecnologias de Informação e Comunicação na qualidade de vida da população.

4

A População, Como Se Movimenta e Comunica

NÍVEL DE ABORDAGEM

O tratamento do tema 4 deve privilegiar uma abordagem que permita aos alunos relacionar o papel desempenhado pela modernização dos transportes e das telecomunicações no progressivo encurtamento das distâncias relativas entre os lugares com a crescente dinamização das actividades económicas e melhoria da qualidade de vida da população.

É importante salientar que, embora a abordagem das redes privilegie as escalas regional, nacional e europeia, estas se integram num espaço mais amplo, seja o espaço mundial de trocas seja o ciberespaço.

Tal como se sugeriu nos subtemas anteriores, é fundamental que, na leccionação deste subtema, os alunos manuseiem dados estatísticos e realizem actividades que permitam desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, a sistematização e a interpretação de dados e com o uso das técnicas de expressão gráfica e cartográfica.

Com o subtema - 4.1. - *A diversidade de modos de transporte e a desigualdade espacial das redes* - pretende-se que se equacione a importância relativa dos diferentes modos de transporte e da distribuição espacial das redes de transporte à escala regional, nacional e europeia.

Com o conteúdo - 4.1.1. pretende-se que se estudem os diferentes modos de transporte - rodoviário, ferroviário (convencional, de alta velocidade ou metropolitano), aquático (marítimo e fluvial) e aéreo - evidenciando as vantagens e as desvantagens de cada um deles. Estas devem ser devidamente equacionadas no sentido da escolha mais eficaz, em cada caso, do modo de transporte ou da integração de modos de transporte diferentes numa mesma viagem, salientando que a aposta no transporte multimodal, suportado por uma eficiente logística, se traduz num aumento de competitividade. A competitividade deve ser entendida na aquisição de maiores benefícios não só do ponto de vista económico mas cada vez mais do ponto de vista das questões da segurança, da saúde e da preservação do ambiente.

Com o conteúdo - 4.1.2. considera-se pertinente analisar a distribuição espacial das redes de transporte e de energia no território nacional salientando os contrastes territoriais da sua implantação. Sugere-se que se reflecta sobre as decisões políticas tomadas nos últimos anos no sector dos transportes e da energia e inseridas nomeadamente na PGT, no PRN, no PFN, quer no que respeita aos modos de transporte privilegiados em termos de investimento, quer à localização geográfica preferencial desses investimentos, quer, no caso da energia, à localização geográfica das áreas de origem e ao traçado das redes de distribuição. Sugere-se, ainda, que se discuta a importância do PRODAC na melhoria das acessibilidades das regiões portuguesas mais desfavorecidas.

Com o conteúdo - 4.1.3. considera-se fundamental enfatizar a necessidade de conexão das redes de transporte nacionais e a sua inserção nas redes europeias, nomeadamente a Ibérica. Assim, considera-se importante a discussão sobre as políticas comunitárias para o sector, salientando que a posição periférica de Portugal no espaço europeu pode ser uma mais valia na óptica da sua centralidade no espaço atlântico como porta de acesso às rotas dos continentes americano, africano e asiático. Sugere-se, assim, uma reflexão sobre a importância que Portugal pode assumir nas relações intercontinentais, os portos e aeroportos para exercerem novas funções, como a de *transshipment* já exercida pelo porto de Sines.

Quanto à energia, há também necessidade de aumentar a conexão das redes de transporte de electricidade e de gás natural não só de Portugal com a União Europeia como também entre os países da UE e ainda entre estes e os países vizinhos, de forma a diminuir a dependência económica neste sector.

Com o subtema - 4.2. - *A revolução das telecomunicações e o seu impacto nas relações interterritoriais* - pretende-se que se equacionem, à escala regional, nacional e europeia, as novas oportunidades criadas, pelas TIC, na organização das actividades económicas e no aumento das relações interterritoriais.

Com o conteúdo - 4.2.1. propõe-se que se analise a distribuição espacial das redes de telecomunicações em Portugal e a sua inserção nas redes europeias e que se equacionem os impactos territoriais resultantes do desigual desenvolvimento das TIC, salientando que esses impactos são normalmente mais fortes que os resultantes das desigualdades introduzidas pelos diferentes modos de transporte anteriormente analisados. Sugere-se, assim, que se discuta a importância que o programa comunitário STAR tem no desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas.

Com o conteúdo 4.2.2. sugere-se que se relacione o aumento dos fluxos de informação com o aparecimento, evolução e rapidez de difusão das TIC, salientando a cada vez mais intensa articulação e “fusão” da informática, das telecomunicações e do audiovisual. O conhecimento do papel das TIC não implica a descrição exaustiva das suas características técnicas mas apenas se deve salientar o facto de que, por não exigirem presença física e se articularem de forma crescente entre si, permitem uma extraordinária facilidade nos contactos e intercâmbio entre áreas geograficamente distantes.

É importante salientar que o grau de utilização das TIC e as possibilidades de potencializar as vantagens por elas oferecidas resulta, simultaneamente, das condições de acesso a este tipo de infra-estruturas e equipamentos e da capacidade (necessidades, atitudes e competências), por parte dos indivíduos, grupos ou organizações, de as usar.

Com o subtema 4.3. *Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população* - pretende-se que se discutam as vantagens e também os efeitos perversos na qualidade de vida da população do uso crescente dos transportes e comunicações. Sugere-se que nesta discussão se enfatize o direito e as necessidades que os cidadãos e organizações têm de ter mais e melhores transportes e comunicações, o que pressupõe que não se valorize a componente acessibilidade em detrimento da capacidade de uso e do grau de satisfação.

Com o conteúdo 4.3.1. pretende-se que se evidenciem as possibilidades que os transportes, pela diversidade de escolha que permitem, de conforto que oferecem e de rapidez com que efectuam os percursos, oferecem à população permitindo-lhe deslocar-se entre lugares muito diferentes seja para fins de trabalho ou de lazer. É de salientar que as comunicações potencializam ainda mais os espaços de vivência ao permitirem, sem deslocação física, o contacto com realidades muito diferenciadas.

Com o conteúdo 4.3.2. propõe-se que se evidencie a importância que assumem na qualidade de vida das populações as questões da segurança, da saúde e do ambiente resultantes do uso dos transportes e das comunicações e se discutam soluções possíveis de atenuar os efeitos perversos.

No respeitante aos transportes, propõe-se a abordagem de questões, tais como: causas e consequências da sinistralidade, particularmente a rodoviária, no nosso país; identificação de doenças, como por exemplo as associadas ao excesso de poluição sonora e atmosférica, nomeadamente as resultantes do tráfego aéreo e do rodoviário ou as resultantes da fixação próxima de centrais eléctricas; a perigosidade associada à localização de reservatórios de armazenamento de gás; a poluição marítima e das áreas litorais resultante particularmente dos desastres sofridos ou da lavagem dos tanques.

No referente às TIC, é importante que se discutam as suas implicações na qualidade de vida da população, nomeadamente em aspectos relacionados com a ética, a saúde e as novas formas de trabalho (teletrabalho), de comércio (telecomércio) e de serviços.

5

A Integração De Portugal Na União Europeia: Novos Desafios, Novas Oportunidades

CONCEITOS

NOÇÕES BÁSICAS

Área protegida

ONG (Organização Não Governamental)

Parque Natural

PECO (Países da Europa Central e Oriental)

PERSU (Plano

Estratégico para os

Resíduos Sólidos Urbanos)

PHARE (Assistência à Reestruturação das Economias da Polónia e da Hungria)

PNA (Plano Nacional da Água)

QCA (Quadro

Comunitário de Apoio)

Rede Natura 2000

Reserva Natural

Tratado de Amesterdão

NÚCLEO CONCEPTUAL

A integração europeia pressupõe um crescente inter-relacionamento com implicações profundas no desenvolvimento de Portugal.

SUBTEMAS

5.1. Os desafios, para Portugal, do alargamento da União Europeia

5.2. A valorização ambiental em Portugal e a Política Ambiental Comunitária

5.3. As regiões portuguesas no contexto das políticas regionais da União Europeia

No final destes subtemas o aluno deve ser capaz de:

- . Conhecer os critérios definidos pelo Conselho Europeu para adesão dos PECO;
- . Reflectir sobre as implicações, em Portugal, do alargamento a Leste;
- . Conhecer as adaptações das instituições da União Europeia tendo em vista o alargamento;
- . Reconhecer a importância que a Política do Ambiente tem vindo a assumir na União Europeia;
- . Comparar o estado da Política do Ambiente de Portugal com o de outros países da União Europeia;
- . Discutir as realizações mais importantes, em Portugal, no domínio da Política do Ambiente;
- . Reconhecer a existência de disparidades económicas e sociais a nível regional;
- . Compreender que a política comunitária visa a coesão económica e social dos países membros.

5

A Integração De Portugal Na União Europeia: Novos Desafios, Novas Oportunidades

NÍVEL DE ABORDAGEM

O tratamento do tema 5 – *A integração de Portugal na União Europeia: novos desafios, novas oportunidades* - deve privilegiar uma abordagem que permita aos alunos compreenderem que existe uma nova realidade nas fronteiras europeias e que a decisão do alargamento a Leste comporta novos desafios e novas oportunidades para a União Europeia e, portanto, para Portugal, sobre as quais importa reflectir. A multiplicidade de relações entre Portugal e a União Europeia e as implicações daí resultantes justificam, ainda que se considere pertinente que os alunos reconheçam a importância que a Política do Ambiente tem vindo a assumir no conjunto das políticas comunitárias, bem como a importância que assume, com o Tratado de Maastricht, a redução das disparidades no interior da União Europeia.

No decurso do processo educativo, é fundamental que os alunos manuseiem dados estatísticos e realizem actividades que permitam desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, a sistematização e a interpretação de dados e com o uso das técnicas de expressão gráfica e cartográfica.

Com o tratamento do subtema 5.1. – *Os desafios, para Portugal, do alargamento da União Europeia* — sugere-se que se reflecta sobre a conjuntura política europeia da década de 90 (queda do muro de Berlim, desmantelamento da URSS e da ex-Jugoslávia, reunificação da Alemanha, formação de novos estados), equacionando as tomadas de decisão que visam dotar a Europa de novos poderes e de novos meios que a tornem capaz de dar resposta ao processo de alargamento, sobretudo, a Leste. Assim, considera-se pertinente reflectir sobre questões relacionadas com o alargamento, nomeadamente os países candidatos, as condições definidas no Tratado da União para a adesão de novos países, os programas de apoio às economias desses países, os critérios definidos pelo Conselho Europeu de Copenhaga para a adesão dos PECO e as implicações do alargamento nos países periféricos, em particular em Portugal.

O tratamento do subtema 5.2. – *A valorização ambiental em Portugal e a Política Ambiental Comunitária* – deve privilegiar uma abordagem centrada na importância que a Política do Ambiente tem vindo a assumir no conjunto das políticas comunitárias, sobretudo a partir do Tratado de Amesterdão (1997), o qual reforçou a necessidade de inserir a protecção do ambiente como uma prioridade para a consecução do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, importa realçar a necessidade de desenvolver um planeamento territorial inovador, eficiente e respeitador dos recursos, às diferentes escalas (transnacional, nacional, regional ou local) e integrado nas directivas da União Europeia.

O tratamento deste subtema pressupõe uma análise comparativa da Política do Ambiente e do enquadramento legal de suporte em Portugal, com a dos países comunitários, evidenciando que Portugal se encontra, ainda, bastante longe dos níveis médios dos países comunitários pois, no nosso país, a Lei de Bases do Ambiente só foi aprovada em 1987.

Deste modo, é importante salientar que Portugal procurou afirmar a Política do Ambiente em sintonia com as preocupações comunitárias, sobretudo em quatro vectores: a criação de um quadro legislativo de acordo com o Direito Internacional e o Direito Comunitário; a criação do Ministério do Ambiente (1990) e das Direcções Regionais do Ambiente; a canalização para o sector ambiental de maiores recursos financeiros, em particular no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio; a crescente participação da sociedade civil na defesa do ambiente.

Debater as implicações das políticas, programas e projectos comunitários no território nacional, discutindo as realizações mais importantes concretizadas no âmbito de alguns planos, como por exemplo, Plano Nacional da Água (PNA), Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), Plano de Redução dos Resíduos Industriais, Rede de Zonas Protegidas “Natura 2000”, Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), são actividades que permitirão compreender a política ambiental do nosso país.

Neste conteúdo é também importante sublinhar que, para que haja um desenvolvimento sustentado, são fundamentais a preservação dos patrimónios natural e cultural e a diminuição do risco. A União Europeia propõe uma grande diversidade de medidas que visam, a qualquer escala de intervenção espacial, a manutenção da biodiversidade ; a gestão dos recursos hídricos; a protecção dos elementos naturais (ar, água e solo); a protecção da diversidade das paisagens naturais e culturais.

Neste contexto, pretende-se que, através de exemplos concretos no território português (ou quando necessário a outra escala), se discutam realizações, de sucesso ou não, que tenham como objectivo a melhoria da qualidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população. Sugerem-se como exemplos possíveis de situações a abordar: a preservação da biodiversidade em espaços pertencentes à rede *Natura 2000*; a gestão dos recursos hídricos, evitando a sua poluição pelos efluentes das actividades humanas ou através de construções de barragens que permitam atenuar os efeitos naturais de secas ou de inundações; a diminuição da contaminação do solo incentivando a difusão da agricultura biológica; a diminuição da erosão de um solo impedindo a desflorestação ou o seu uso excessivo para fins urbanísticos; a diminuição da emissão de poluentes para a atmosfera pelo desenvolvimento de estruturas urbanas menos consumidoras de energia e que gerem menos trânsito; a preservação e desenvolvimento criativo das paisagens com valor histórico, cultural, estético e ecológico; a reabilitação de paisagens degradadas pela intervenção humana, nomeadamente pelo excessivo uso agrícola ou pela extracção de minérios. É ainda de discutir o papel desempenhado pelas ONG (Organizações Não Governamentais) na divulgação de situações de risco e na influência que podem ter nas tomadas de decisão do poder político.

Com o subtema 5.3 – *As regiões portuguesas no contexto das políticas regionais da União Europeia* - pretende-se que se equacione a importância que assume, com o Tratado de Maastricht, a redução das disparidades no interior da União Europeia, com destaque para Portugal, equacionando os meios de que a União Europeia e os seus Estados-Membros dispõem para atingir o objectivo da coesão económica e social.

Sugere-se que se reflecta sobre a existência de disparidades económicas e sociais na União Europeia, salientando que, se essas diferenças são consideráveis entre Estados-Membros, se tornam muito mais evidentes a nível regional e, em particular, entre o centro e a periferia. Propõe-se que se analisem as disparidades regionais, a nível das NUT II (por ser a unidade estatística que permite comparar regiões dos diferentes países), a partir do estudo de alguns indicadores tais como o PIB/capita, emprego por sector de actividade, escolaridade da população activa, % de população em IDT (Investigação e Desenvolvimento Tecnológico).

É importante que a reflexão sobre a extensão das disparidades económicas e sociais no interior da Comunidade Europeia seja complementada com a análise da forma como as políticas comunitárias e nacionais implementadas têm contribuído para atenuar as disparidades existentes ao privilegiar, na distribuição dos fundos comunitários, as regiões menos favorecidas e ao definir para as diferentes regiões comunitárias os sectores a desenvolver. Esta reflexão deve privilegiar a integração dos conhecimentos adquiridos em temas anteriores, referentes às diversas políticas e/ou programas nacionais e/ou comunitários.

ESTUDO DE CASO

O estudo de caso é uma oportunidade efectiva de introduzir o conhecimento da realidade no trabalho em Geografia, evitando abstracções e generalizações abusivas que muitas vezes ocorrem quando o estudo geográfico incide sobre temáticas muito diferenciadas, incidentes em áreas mais ou menos vastas.

O facto de se inserir o estudo de caso no final do programa não significa que a sua realização não possa efectuar-se em qualquer outra altura do ano lectivo, dependendo esta decisão da forma como se encarar esta metodologia e da oportunidade da sua realização. Assim, o estudo de caso poderá ser um estudo detalhado de um assunto relacionado com qualquer dos temas do programa, com importância na região onde o aluno vive ou consistir na aplicação dos conhecimentos adquiridos e das competências desenvolvidas ao longo dos dois anos de aprendizagem deste programa. Nesta última situação, porque corresponde a um estudo de síntese, deverá ser realizado no final do ano lectivo.

Em qualquer das situações, sugere-se a utilização da metodologia do trabalho de projecto, incluindo o trabalho de campo, a pesquisa bibliográfica e a recolha e o tratamento de informação recolhida em fontes diversificadas.

Com esta metodologia pretende-se que os alunos desenvolvam as seguintes competências:

- Interpretar, analisar e problematizar casos concretos que evidenciem as inter-relações entre fenómenos naturais e humanos;
- Analisar casos concretos de gestão do território que mostrem a importância da preservação e conservação do património natural e cultural;
- Analisar criticamente problemas que afectam a região onde vive, reflectindo sobre soluções possíveis para os problemas detectados;
- Utilizar técnicas e instrumentos adequados de pesquisa em trabalho de campo;
- Seleccionar, sistematizar e interpretar dados estatísticos, rentabilizando o uso de técnicas de expressão gráfica e cartográfica.